Policy Brief

Brasil em Transição Climática: Legislativo, opinião pública e vulnerabilidade à desinformação

Novembro de 2025

Destaques

- Entre 2019 e 2023, a Câmara foi dominada por parlamentares emissores de gases de efeito estufa, sobretudo da direita e da bancada ruralista.
- A população brasileira rejeita agrotóxicos, garimpo em Terras Indígenas e privatização do saneamento.
- O público vê como "verdadeiras" as peças de desinformação climática, mas a concordância com elas divide opiniões.

Este policy brief fornece análises sobre o cenário climático brasileiro atual, apresentando recomendações específicas para subsidiar debates políticos em andamento, baseadas em pesquisas dos membros do Instituto Nacional de Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem).

Sumário Executivo

As ações legislativas na Câmara dos Deputados (2019–2023) foram conduzidas majoritariamente por representantes com perfil climático associado à emissão de Gases de Efeito Estufa, especialmente ligados a partidos de direita e à Frente Parlamentar Agropecuária.

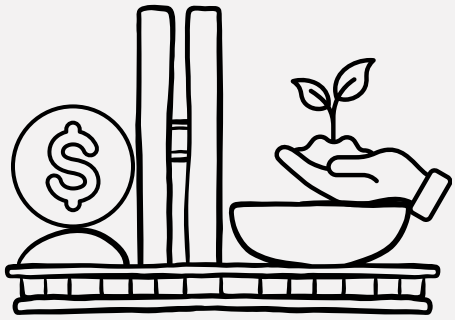
Os(as) brasileiros(as) rejeitam medidas como o aumento de agrotóxicos, o garimpo em Terras Indígenas, a flexibilização do licenciamento ambiental e a privatização do saneamento. Em geral, apoiam políticas contra o aquecimento global e confiam em órgãos como o IBAMA. Entre os(as) amazônidas, há rejeição à extração de madeira e à mineração, mas forte apoio ao agronegócio e à expansão de áreas agricultáveis na região.

Dados qualitativos, contudo, mostram a potencial vulnerabilidade à desinformação climática no Brasil. Em grupos focais, quando apresentados(as) a conteúdos de desinformação climática, a maioria acredita neles e deseja compartilhá-los nas redes sociais. O fenômeno é mais forte entre pessoas de menor renda e menos aceito entre moradores(as) da Amazônia Legal.

Frente a esses dados, são feitas recomendações para a formulação de políticas públicas, tais como a criação de um Relatório Anual de Impacto Climático Legislativo, priorização de crédito a produtores sustentáveis e investimento em educação midiática e científica contra a desinformação climática. Também são sugeridas estratégias de comunicação empática, com participação de cientistas e comunicadores locais, e a criação de observatórios e indicadores sobre vulnerabilidade à desinformação em universidades e organizações civis.

1

Introdução



No Brasil, **a relação entre o Congresso Nacional e as políticas de conservação ambiental e adaptação às mudanças climáticas** tem sido marcada por tensões crescentes.

Esse cenário contrasta com as preferências do público brasileiro, que, majoritariamente, **preocupa-se com o meio ambiente e apoia políticas públicas para a sua conservação.**

Todavia, embora os(as) brasileiros(as) aceitem as mudanças climáticas atuais e suas causas pela ação humana, há ainda uma **abertura à disseminação do negacionismo climático entre eles(as).**

Frente a este quadro político contraditório, este policy brief objetiva:

- **Compreender como o Poder Legislativo contribui para a crise climática** e como essa atuação se relaciona a ideologia e interesses econômicos, por meio de dados do projeto CO_2-Index. Nele, foi medido o impacto climático das ações legislativas de deputados brasileiros entre 2019 e 2023, durante o governo Bolsonaro.

- **Mapear as preferências do público brasileiro sobre políticas ambientais e climáticas**, bem como suas percepções acerca das relações entre ambiente e economia, com base nos dados da Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia (PVAAA) – um survey representativo da população brasileira e dos(das) residentes na região Norte.

- **Analisar as vulnerabilidades e resistências à desinformação climática**, por meio das evidências qualitativas da pesquisa "Clima e crise: desconfiança das instituições e descrença na política", composto por 12 grupos focais on-line, realizados entre julho e agosto de 2025, totalizando 102 participantes distribuídos por bioma e perfil socioeconômico.

- **Com bases nesses dados, elaborar sugestões de políticas e ações de comunicação** que contribuam para diminuição das distâncias de opinião entre as preferências do público e a atividade parlamentar, bem como que previnam a disseminação da desinformação climática no Brasil.

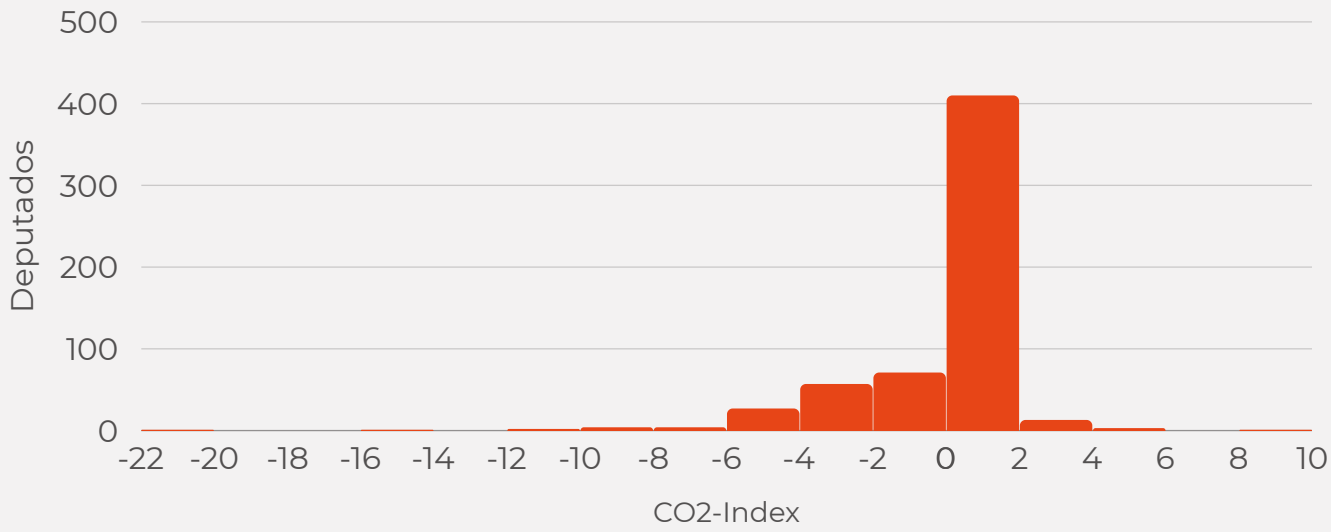
CO_2-Index: O impacto climático da Câmara dos Deputados (2019–2023)

Postura Geral da Câmara dos Deputados: predominantemente emissora.

- Mais de 50% dos deputados pontuam acima de 0,75 .
- Tendência antiambiental sistemática, mas não extremista.

2 Resultados

Distribuição do CO_2-Index entre Deputados(as) Federais



Maiores emissores

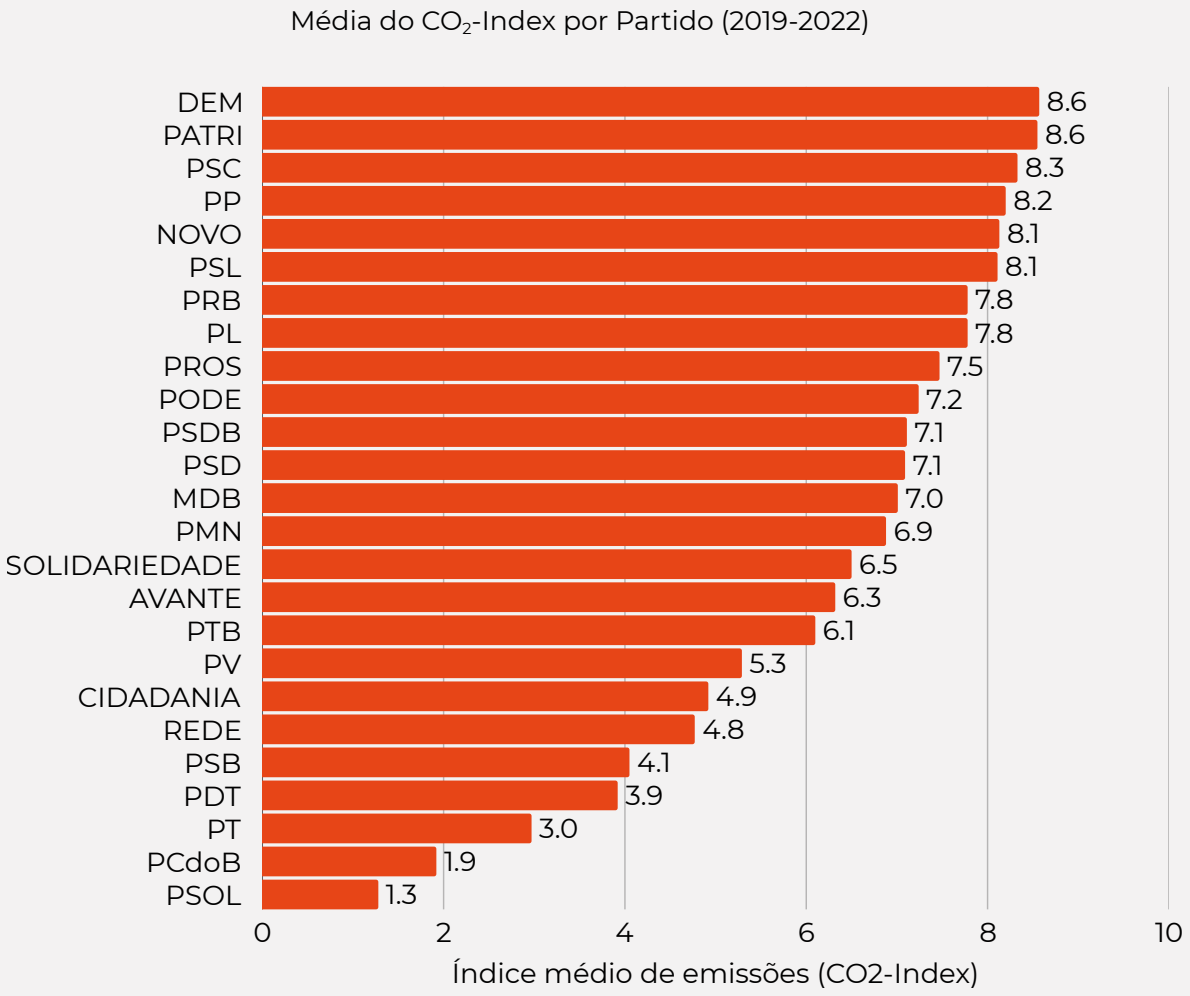
Nome	Partido	UF	CO_2-Index
PAULO GANIME	NOVO	RJ	8.89
ALEXIS FONTEYNE	NOVO	SP	5.90
KIM KATAGUIRI	DEM	SP	5.52
VINICIUS POIT	NOVO	SP	4.39
BIBO NUNES	PSL	RS	3.63
MARCELO BRUM	PSL	RS	3.28
JOSE MEDEIROS	PODE	MT	3.24
ALINE SLEUTJES	PSL	PR	3.01
MARCEL VAN HATTEM	NOVO	RS	3.00
MARA ROCHA	PSDB	AC	2.45

Maiores mitigadores

Nome	Partido	UF	CO_2-Index
NILTO TATTO	PT	SP	-20.56
ERIKA KOKAY	PT	DF	-15.62
RODRIGO AGOSTINHO	PSB	SP	-11.76
JOENIA WAPICHANA	REDE	RR	-10.55
ALESSANDRO MOLON	PSB	RJ	-9.43
CELIO STUDART	PV	CE	-8.39
PEDRO UCZAI	PT	SC	-8.24
BIRA DO PINDARE	PSB	MA	-8.03
CAMILO CAPIBERIBE	PSB	AP	-6.99
TALIRIA PETRONE	PSOL	RJ	-6.82

Relação entre ideologia e emissão

- Há uma grande correlação ($r = 0{,}72$; $p < 0{,}001$) entre o CO_2-Index e o espectro ideológico dos partidos.
- Partidos de esquerda (PT, PSOL, REDE, principalmente) apresentaram médias mais baixas (mitigadoras) e os de direita (NOVO, PL, PP, sobretudo), mais elevadas (emissoras).



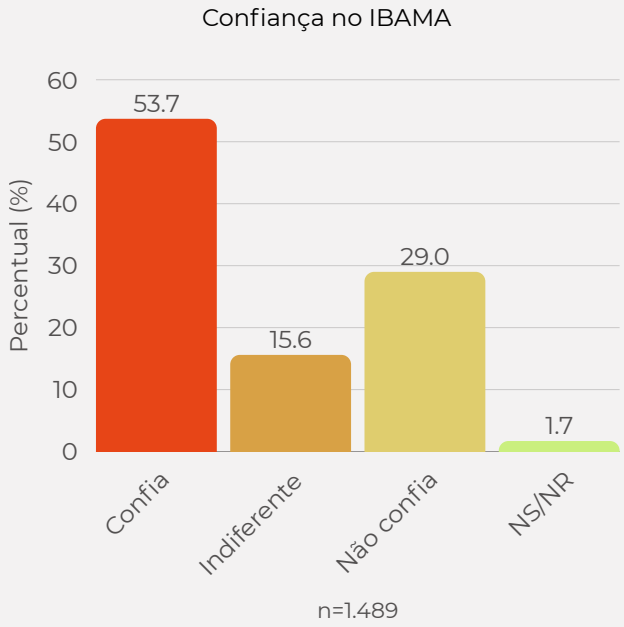
O papel do agronegócio

- O setor Agropecuário domina as proposições associadas a emissões. A presença na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) está associada a uma maior chance de comportamento emissor.
- A participação na FPA aumenta, em média, o CO_2-Index.

Opinião Pública Ambiental: Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia (PVAAA)

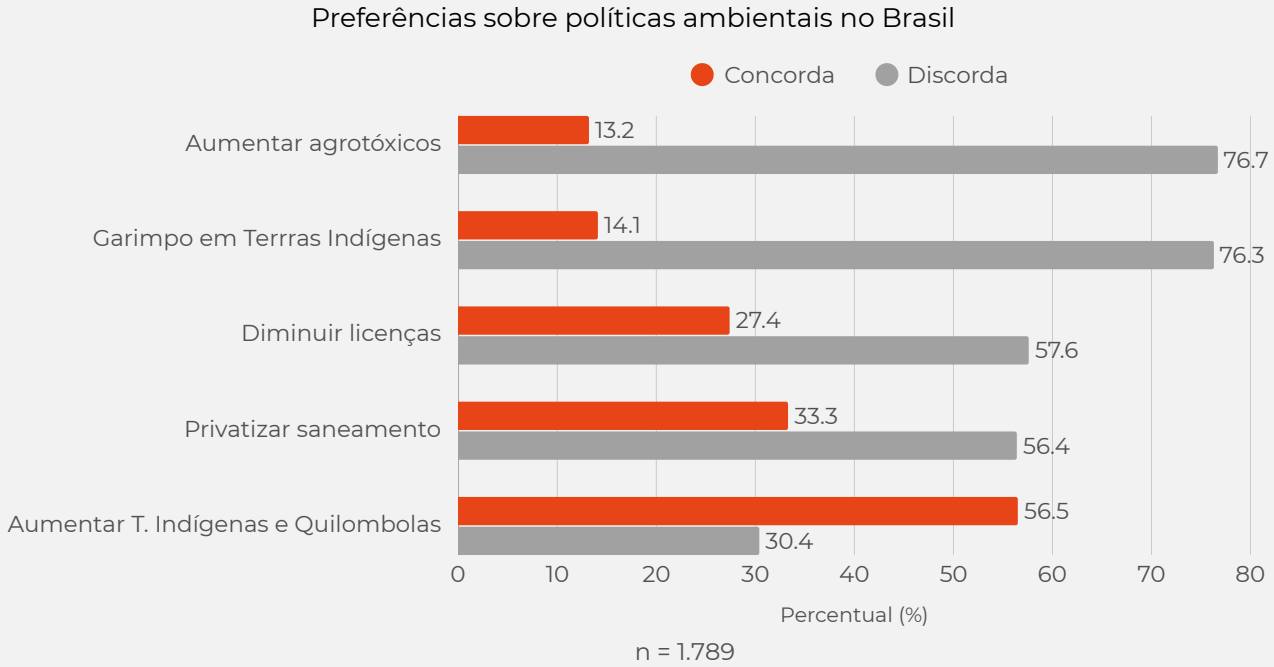
Ambiente e clima: instituições, confiança e prioridades na opinião pública

- O Governo Federal brasileiro deve agir em relação ao aquecimento global: 80% dos(das) entrevistados(as) dizem o fenômeno deve ser "muito priorizado".
- Quando apresentados a um conjunto com quatro siglas de instituições federais, 83,2% dos(das) brasileiros conseguem identificar o IBAMA como a responsável pela fiscalização e aplicação das políticas ambientais.
- O Gráfico ao lado demonstra que, dentre os(as) que conseguem fazer essa identificação, 53,7% dizem confiar "muito" ou "em parte" no órgão – demais resultados disponíveis aqui.



Políticas ambientais: preferências públicas

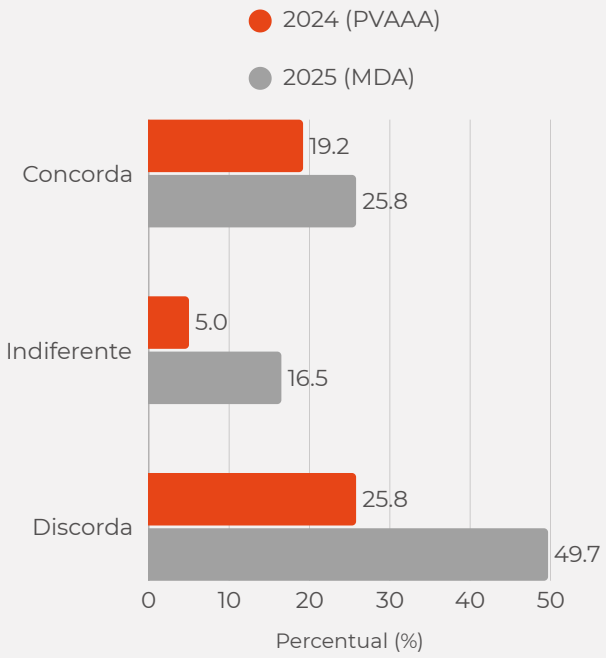
- A maioria do público brasileiro rejeita propostas de políticas que objetivem aumentar os agrotóxicos permitidos (76,7%), permitir a exploração de garimpo em terras indígenas (76,3%), reduzir as regras de licenciamento ambiental (57,6%) e privatizar serviços de saneamento básico (56,4%).
- Por outro lado, políticas públicas para populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, são majoritariamente aceitas (56,5%).



Exploração de petróleo na margem da foz do Rio Amazonas

- A rejeição à possibilidade de exploração de Petróleo na margem da foz do rio Amazonas é ampliada, no âmbito do público brasileiro, entre 2024 e 2025, passando de 25,8% (conforme dados da PVAAA) a 49,7% (de acordo com pesquisa mais recente, do Instituto de Pesquisa MDA.

Níveis de Concordância com a Exploração de Petróleo na Foz do Amazonas



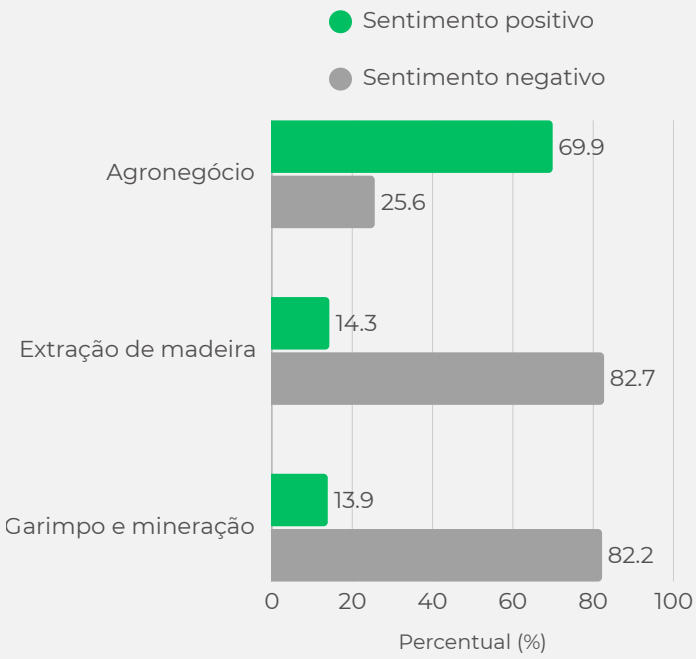
n (PVAAA) = 1.789; n (MDA) = 2.002

Nota: percentuais da PVAAA calculados somente sobre entrevistados(as) que identificam corretamente o IBAMA. Maiores informações sobre a pesquisa MDA aqui.

Opinião pública dos(as) amazônidas

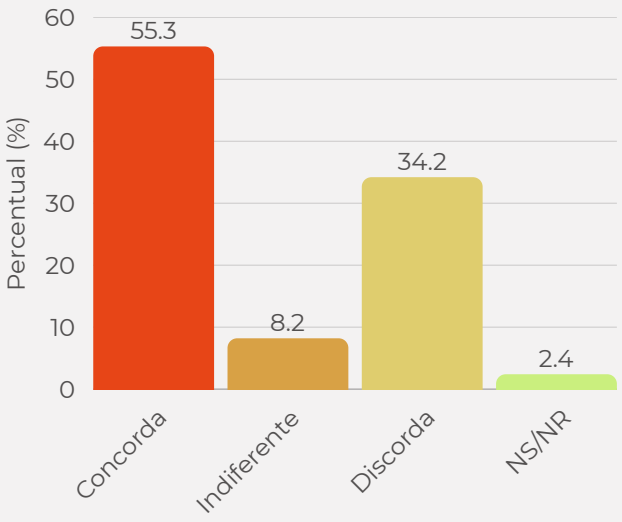
- Extração de madeira, garimpo e mineração têm ampla rejeição entre os(as) amazônidas (em torno dos 82%).
- Já o agronegócio tem alta avaliação positiva – cerca de 70% dos(as) amazônidas avaliam positivamente o setor.
- Em relação ao aumento da área agricultável na Amazônia, 55,3% de residentes no Norte afirmaram concordar com essa possibilidade.

Avaliação de Atividades Econômicas na Amazônia



n = 589

Preferências sobre a Proposta de Aumentar a Área Agricultável na Amazônia



n=589

Vulnerabilidade e Resistência à Desinformação Climática no Brasil

- A desinformação desfruta de predomínio de aceitação. Ao serem apresentados(as) ao conteúdo de desinformação, 73,5% classificam-no como “verdadeiro”.
- Também a intenção de compartilhamento do conteúdo desinformativo foi alta (70,6%) – mesmo que o conteúdo gere reflexão e dúvida (89% reportaram que a mensagem os fez repensar algo).
- No entanto, mesmo no grupo dos(das) que julgaram o conteúdo desinformativo como "verdadeiro", houve opiniões divergentes. Metade dos(das) seus(suas) participantes, com base em crenças ambientais prévias, reafirmou a importância da Amazônia para o clima global.
- A suscetibilidade cognitiva é significativamente maior em grupos com menor capital educacional e informacional. Nas Classes C e D, 92% dos participantes acreditaram na mensagem.
- Residentes da Amazônia Legal mostraram a menor taxa de compartilhamento (53%) do vídeo.

Reações ao vídeo de desinformação climática (n = 102)

Eixo de análise	Categoria	%	Interpretação
PERCEPÇÃO DE VERACIDADE	Verdadeiro	73,5%	Predomínio de aceitação cognitiva.
	Enganoso	20,6%	Percepção parcial de manipulação.
	Falso	5,9%	Resistência explícita minoritária.
REAÇÃO REFLEXIVA	Fez repensar algo	89%	Conteúdo falso gera reflexão e dúvida.
INTENÇÃO DE COMPARTILHAMENTO	Compartilharia o vídeo	70,6%	Alta propensão à difusão espontânea.
CONCORDÂNCIA DECLARADA	Está de acordo	73,5%	Apoio aparente, mesmo entre descrentes.
	Não está de acordo	25,5%	Núcleo crítico reduzido.

Políticas e Ação Legislativa

3

Recomendações

Frente ao seu perfil Emissor, tal como revelado pelo CO_2-Index, **o Congresso Nacional precisa de mecanismos de responsabilização ambiental** nas decisões legislativas. Assim, propõe-se:

- Criar Relatório Anual de Impacto Climático Legislativo.
- Vincular metas ambientais a emendas orçamentárias e frentes temáticas.
- Estabelecer indicadores públicos de desempenho climático parlamentar.

Além disso, os dados de opinião pública trazidos neste documento revelam um profundo **descompasso entre projetos antiambientais, patrocinados por porção majoritária das elites parlamentares brasileiras, e as preferências do público sobre políticas de meio ambiente.**

Por isso, com base nos dados da PVAAA, sugere-se que o desenho de **políticas públicas climática e ambientalmente sustentáveis no âmbito da região amazônica** levem em conta:

- A ampla rejeição de atividades como a extração de madeira, o garimpo e a mineração, pelos(as) amazônidas. Assim, políticas para prevenir a atratividade de mão de obra de tais atividades devem adotar critérios de focalização em indivíduos elegíveis em áreas críticas, privilegiando sua reinserção produtiva.

- A aceitação social do agronegócio na Amazônia, bem como a desejabilidade de aumentar a área agricultável na região. Em conjunto, essas evidências mostram que é necessário se valer da primeira para evitar a segunda. Metas de "desmatamento zero", por exemplo, não conseguirão ser atingidas sem o concomitante incentivo a práticas rurais sustentáveis a produtores rurais já estabelecidos na região e aprofundamento das sanções aos ciclos de especulação fundiária.

Em relação à alta vulnerabilidade informacional ao negacionismo climático nas classes C e D, tal qual evidenciada pelo projeto Clima e Crise: desconfiança das instituições e descrença na política, propõe-se a criação de:

- Programas de educação midiática e científica segmentada, voltados à checagem e rastreabilidade de fontes, por parte de instituições como MEC, MCTI, MMA, redes estaduais e municipais de ensino.

Sociedade Civil e Estratégias de Comunicação

Os dados reproduzidos neste policy brief oferecem à sociedade civil e aos(às) formuladores(as) de políticas públicas, **instrumentos de accountability climática** e planejamento de ações comunicacionais para o fortalecimento de atitudes e comportamentos pró-ambientais entre os(as) brasileiros(as).

Em relação ao CO_2-Index, ONGs e movimentos ambientais podem ter acesso aos dados (disponíveis no Harvard Dataverse) para:

- Monitorar parlamentares.
- Apoiar campanhas de transparência ambiental.
- Subsidiar a formulação de "voto climático" em eleições.

Com vistas **planejar estratégias de advocacy,** estabelecer uma agenda publica e pressionar legisladores(as) e gestores(as) públicos(as), ativistas, técnicos(as) e pesquisadores(as) podem se valer das evidências levantadas pela PVAAA sobre as **preferências do público brasileiro acerca de políticas ambientais e climáticas.**

- Os(as) brasileiros(as) rechaçam o aumento do uso de agrotóxicos, a permissão de garimpo em terras indígenas, o enfraquecimento das regras de licenciamento ambiental, a privatização dos serviços de saneamento básico e a exploração de petróleo na bacia da foz do rio Amazonas.

- Por outro lado, são entusiastas de políticas como a demarcação de Terras de Povos Tradicionais.

Os dados qualitativos, levantados pelo projeto Clima e Crise: desconfiança das instituições e descrença na política, sugerem as seguintes ações no âmbito da sociedade civil:

- Frente ao discurso científico, percebido como distante e elitizado pelos(as) entrevistados, é oportuna a formação de "autoridades empáticas" – cientistas e comunicadores climáticos(as) que combinem credibilidade técnica e linguagem acessível – no âmbito de veículos midiáticos especializados, Universidades, Fundações de Amparo a Pesquisas, Agências Ambientais.

- A produção de campanhas baseadas na experiência climática vivida (enchentes, calor, seca), ancorando a mensagem no cotidiano por parte de agentes governamentais, movimentos sociais e mídias locais.

- Frente à ausência de monitoramento sistemático da desinformação climática, sugere-se a criação de indicadores de vulnerabilidade à desinformação climática e observatórios ambientais em Universidades, Think Tanks e agências de pesquisa públicas e privadas.

INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)

O INCT analisa as causas e as consequências da crise da democracia no Brasil, a partir das conexões entre as mudanças nas percepções e nos valores dos eleitores, nas instituições e nas regras eleitorais e na morfologia da classe política nacional. Com isso, busca explicar como elas afetam o déficit de legitimidade da representação política.

Coordenação: Adriano Nervo Codato (UFPR)
Vice-coordenação: Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM).

Índice de Carbono da Atuação Parlamentar (CO_2-Index)

O indicador mede o quanto os(as) deputados(as) federais foram ativos(as) em relação às mudanças climáticas. Para tanto, associa a atuação parlamentar às emissões estimadas de carbono dos setores econômicos impactados pelas proposições analisadas durante a 56ª legislatura (2019–2022).

O CO_2-Index foi financiado pelo INCT ReDem. Seus dados podem ser acessados por meio do Harvad Dataverse.

Autores: Mateus de Albuquerque, Luana Moreira e Pollyana Sora (INCT ReDem/UFPR).

Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia (PVAAA)

Realizada pela Universidade Federal do Pará, por via do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, e financiada pela Meliore Foundation e pelo Projeto PROCAD CAPES Amazônia. Também contou com o apoio institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA).

Autores: Gustavo César M. Ribeiro (Coordenador; UFPA / INCT ReDem); Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM / UFPR / INCT ReDem); Lucas Okado (UFPA / INCTReDem).

4

Informações institucionais

Clima e Crise: desconfiança das instituições e descrença na política

O projeto se baseou em 12 grupos focais on-line (2h cada), conduzidos por moderador treinado. Ao todo, participaram 102 entrevistados(as) distribuídos(as) por bioma e perfil socioeconômico.

Neste policy brief é priorizada a análise do trecho que se baseia na exibição de um vídeo com conteúdo de desinformação climática durante os grupos focais. Ele foi seguido de preenchimento de ficha individual e debate coletivo.

Nos dados, são observadas as seguintes variáveis: percepção de veracidade, reação reflexiva, intenção de compartilhamento, concordância com o conteúdo e justificativas.

Coordenação: Luciana Veiga (UniRio) e Fábia Berlatto (INCT ReDem e NEB/FGV).

linkedin.com/company/inct-redem-representação-e-legitimidade-democrática

youtube.com/@INCTReDem

instagram.com/redem.inct

coordenacao@redem.tec.br.